



RELATÓRIO E CONTAS 2023

Lisboa, abril de 2024

Publicação da responsabilidade da Direção da Transparência e Integridade, Associação Cívica

Foto de Capa: Unsplash



Índice

1.	MENSAGEM DA DIREÇÃO	4
2.	2023 EM NÚMEROS	
3.	OLHAR PARA A HISTÓRIA	10
	3.1. Missão, Natureza e Fins	11
	3.2. Associados	12
	3.3. Membros de órgãos sociais 2010-2023	14
	3.4. Projetos Europeus	15
4.	ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	18
	4.1. Redes estratégicas	19
	4.2. Estratégia 2023- 2030 TI Portugal	20
	4.3. Manifesto Eleitoral 2023-2026	21
5.	PROJETOS, CAMPANHAS E INICIATIVAS	22
	5.1. Projetos de Financiamento Internacional	23
	5.2. Prestações de Serviços	25
	5.3. Seminários GADIs 2023	27
	5.4. Tertúlias Abertas 2023	28
	5.5. Campanhas	29
	5.6. Festival Transparente 2023	30
	5.7. Revista Transparente	31
	5.8. Iniciativas Diversas	32
6.	BALANÇO SOCIAL	34
	6.1. Colaboradores	35
	6.2. Associados	36
7.	GOVERNAÇÃO e ORGANIZAÇÃO	38
	7.1. Operacionalização do Modelo de Governança 2023-2026	39
	7.2. Comunicação e Impacto	41
8.	ATIVIDADE e RESULTADOS em 2023	44
	8.1. Análise Financeira e de Sustentabilidade	45
9.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023	52





Caros Associados,

A Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) tem, desde a sua criação a 17 de setembro de 2010, um percurso que muito nos orgulha. Um percurso de afirmação, de criação de rede, de acreditação por padrões exigentes internacionais junto da Transparency International (TI Portugal), de luta efetiva no combate à corrupção e de inspiração para a sociedade civil portuguesa na missão, valores e princípios que a fundam.

- 1. A missão da Associação é a de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e uma democracia de qualidade em Portugal e no mundo, promovendo os direitos humanos, a participação cívica, o acesso à informação, a transparência dos processos decisórios e a regulação eficaz dos sistemas e organizações no sentido de reforçar a prevenção e combate à corrupção e o reforço da boa governação, da ética pública e de um verdadeiro sentido de responsabilidade social por parte de todos os agentes sociais e económicos.
- 2. Na prossecução da sua missão, a Associação rege-se pelos valores e princípios da transparência e integridade, da responsabilidade, responsabilização e rigor, da solidariedade e coragem, da justiça e equidade, da objetividade e independência e da defesa dos valores fundamentais da democracia.

Tendo iniciado funções, enquanto Direção, a 30 de setembro do ano cujo Relatório e Contas aqui apresentamos, consideramos que a reflexão sobre o ano de 2023 - cuja responsabilidade partilhamos com a anterior Direção presidida por Nuno Rolo - exigia um olhar de cruzamento entre o passado e os futuros possíveis. Acreditamos que uma reflexão alargada, focada no essencial, assente no debate livre e independente e na reflexão crítica nos permitirá, enquanto Associação, optar por escolhas informadas e sábias face aos desafios difíceis que se colocam.

Neste contexto, olhámos para a "História de Luta contra a Corrupção" da Transparência Internacional Portugal (TI Portugal); para o "Enquadramento Estratégico" que o ano de 2013 nos trouxe; para os "Projetos e Campanhas", bem como as "Redes, Parcerias e Colaborações" que desenvolvemos, e foram muitos; para quem somos enquanto associados, enquanto equipa e enquanto organização, "Balanço Social" e "Governança e Organização", e procuramos ler os resultados financeiros do ano neste enquadramento.



A Missão, os valores e princípios que os nossos estatutos tão bem nos lembram, obrigam-nos a olhar com:

- objetividade e independência para os prejuízos do ano, que decorrem de uma redução de proveitos, de um aumento de custos, e convocam uma redução do nível de tesouraria;
- responsabilização e rigor para a gestão dos projetos com financiamento internacional que subvalorizam a dedicação da equipa da TI Portugal e a financiam em não mais de 50%;
- justiça e equidade para a relevância da advocacy que fazemos, em termos nacionais e internacionais, exigindo-se-nos maior intervenção a nível nacional, quer pelo desenvolvimento do potencial de projetos com redes científicas e de investigação, quer pelo financiamento sustentável da equipa da TI Portugal;
- solidariedade e ambição relativamente aos projetos que nos são propostos, abraçando sem hesitação aqueles que estão no âmbito da Missão da TI Portugal mas com consciência, no momento inicial, do seu contributo para a nossa sustentabilidade presente e futura;
- responsabilidade para os próximos anos, elencando pistas que possam ajudar, em sede de Plano de Atividades de anos futuros, a desenhar um futuro sempre de maior intervenção da TI Portugal na sociedade portuguesa.

A todas as pessoas – associados, membros dos órgãos associativos, equipa, parceiros, seguidores — que ajudam a TI Portugal a um melhor desempenho da sua missão porque acreditam que a luta pelos valores da Transparência e da Integridade é uma luta incontornável na defesa dos valores fundamentais da Democracia, o nosso Muito Obrigada!

A Direção da TI Portugal

Margarida Mano José Fontão Jorge Máximo Teresa Violante Joana Freitas Carlos Lelo Filipe João Triães





Recursos Humanos



4 trabalhadores permanentes (staff)

Recursos Técnicos



 Serviço especializado de Contabilidade, 1 Serviço especializado de Processamento Salarial, 1 Serviço especializado de Webmastering, 2 Serviços especializados de Auditoria,
 Serviço especializado de Avaliação de Projetos, 1 Serviço especializado de Limpeza

Recursos Tecnológicos



 Acesso Office 365 via TI-S, 1 ERP/ CRM, 2 Alojamentos web,
 Serviço Mass Mailing, 1 Serviço Zoom Pro, 4 Canais Social Media, 10 CloudStorage (Tresorit), Outros recursos (plugins, subscrições software)

Recursos Financeiros



Total de rendimentos: **101.175 euros**Recebimentos de projetos internacionais: **190.834 euros**

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL Transparency International Portugal

Outreach



74.284 utilizadores únicos no Website
107.898 Visualizações no Website
2.682 subscritores Newsletter semanal
230.259 Alcance nas Redes Sociais
4% Taxa de Interação nas Redes Sociais

Projetos, Campanhas e Eventos



 7 projetos em implementação e desenvolvimento
 10 campanhas de advocacia
 31 eventos realizados. incluindo GADI e Tertúlias Abertas, Aniversário e Festival Transparente
 577 participantes em eventos
 Nº1 da Revista Transparente





3.1. Missão, Natureza e Fins

No cumprimento da sua missão institucional, a Transparência e Integridade, Associação Cívica, criada a 17 de setembro de 2010, enquanto pessoa coletiva de direito privado, de âmbito nacional, independente e sem fins lucrativos, é uma organização não-governamental de combate à corrupção. Goza do Estatuto de Utilidade Pública, por via da acreditação enquanto Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) desde 2016, e é, desde 2017, a representante portuguesa (Capítulo Nacional) da Transparency International, rede global de ONG anticorrupção presente em mais de 100 países. A Associação utilizou nos primeiros anos de atividade o acrónimo TIAC e assume neste momento, publicamente, a designação Transparência Internacional Portugal, tendo o acrónimo TI Portugal (art 1º Estatutos).

"Tem como finalidade geral promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas e privadas, nomeadamente através da realização de campanhas, projetos de investigação, ações de formação e da cooperação com outras organizações governamentais e não-governamentais." (art 2º– Natureza e Fim, Estatutos)

Trabalha para uma sociedade mais justa e uma democracia de qualidade em Portugal, advogando o acesso efetivo à informação, a construção de uma cidadania informada, forte e participativa, e uma sociedade onde exista uma regulação eficaz dos sistemas e organizações, uma justiça célere, eficiente e ética e um verdadeiro sentido de responsabilidade social por parte de todos os agentes políticos e económicos.

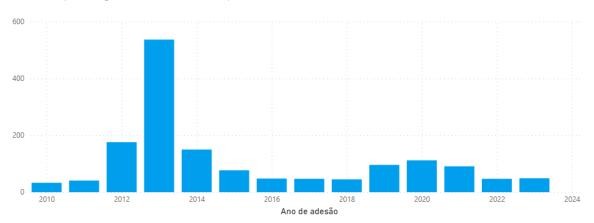


3.2. Associados

Os associados da Transparência e Integridade, Associação Cívica são o seu principal ativo e resultam da adesão a este projeto coletivo ao longo dos últimos 13 anos. O número de associados ativos da TI Portugal em 2023 é de 1373, com uma idade média de 53 anos, com 1069 do género masculino, correspondendo a 77,86% dos associados e 303 do género feminino (22,07%) e 1 de género indiferenciado (0,07%).

Estes associados foram aderindo à TI Portugal ao longo dos últimos treze anos, tendo o período de 2012 a 2013 sido particularmente intenso na adesão, com 713 associados a integrar a Associação naquela fase.





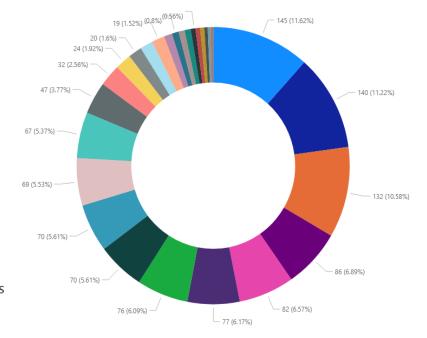


O maior número de associados ativos da TI Portugal em 2023 vem do setor dos negócios, consultoria e gestão (145), seguidos dos associados reformados ou em condição de desemprego (140) e dos licenciados em Direito (132).

Número de associados por setor profissional

Setor

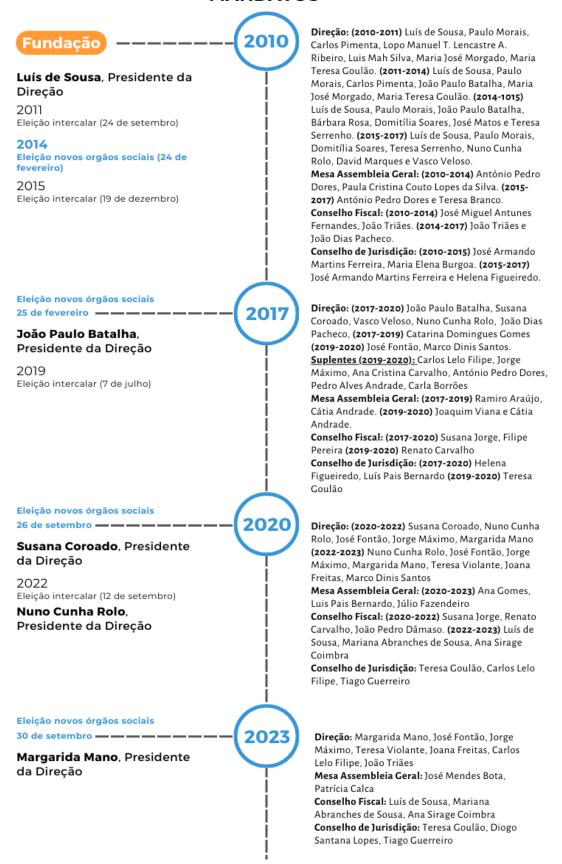
- Negócios, consultoria e gestão
- Reforma e desemprego
- Direito
- Engenharia e fabrico
- Contabilidade, banca e finanças
- Função pública e administração
- Saúde e serviços de emergência
- Ensino Superior e investigação
- Tecnologias da informação
- Formação e Educação
- Estudante
- Artes, design e arquitetura
- Outro
- Vendas e retalho
- Forças Armadas e de Segurança
- Marketing, publicidade e relações
- Transporte e logística
- Ambiente e agricultura
- Imóveis e construção
- Assistência social
- Meios de comunicação social e Internet





3.3. Membros de Órgãos Sociais 2010-2023

MANDATOS





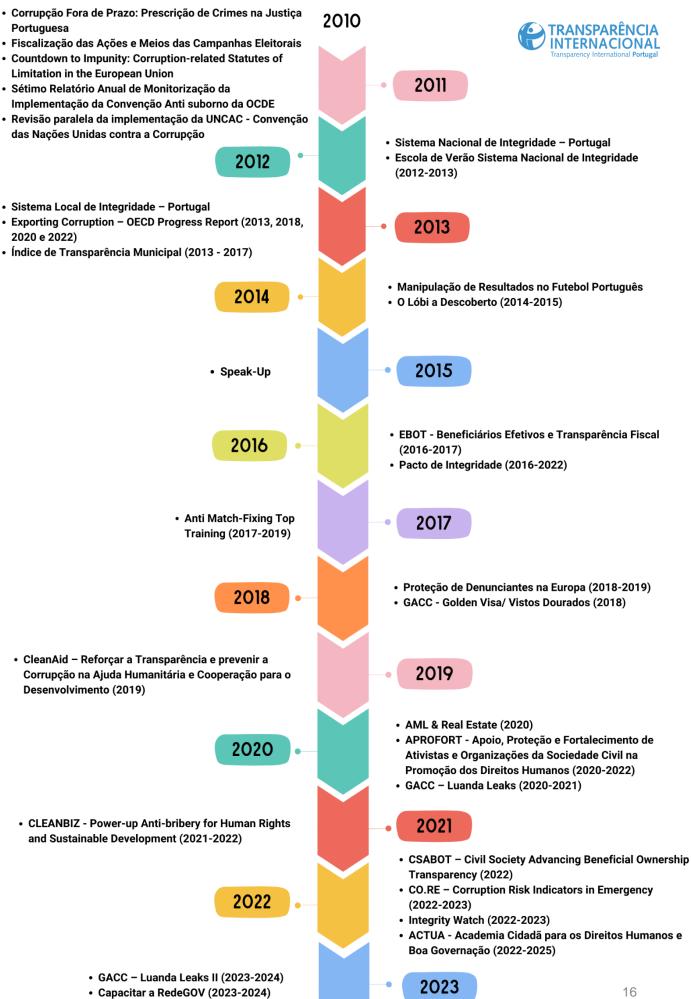
3.4. Projetos Europeus

Desde a fundação, a Associação tem apostado no desenvolvimento de sinergias e projetos de cooperação com várias entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais, e com movimentos da sociedade civil em defesa dos valores fundamentais da democracia. Hoje, a TI Portugal é reconhecida como uma organização de referência na análise dos problemas de corrupção em Portugal, servindo desinteressadamente o interesse coletivo, promovendo a transparência, a integridade e a responsabilidade na procura de uma mudança positiva de valores na sociedade portuguesa, lutando pela qualificação da democracia e pela promoção de políticas ativas de combate ao flagelo da corrupção em Portugal e noutras regiões, com destaque para o contexto europeu.

Na Europa, para além da colaboração regular e sistemática com a Transparency International e os seus capítulos, tem podido contar com o patrocínio da Comissão Europeia e de outros doadores internacionais no desenvolvimento de projetos estruturantes com enfoque na temática da boa governança e do combate à corrupção.













4.1. Redes Estratégicas

A TI Portugal é hoje o ponto de contacto da Sociedade Civil Portuguesa em várias redes nacionais e internacionais estratégicas, do ponto de vista da sua missão, como é o caso da:

- · Community of Democracies,
- Tax Justice Network, da Whistleblowing International Network,
- Open Spending EU Coalition, da Open Government Partnership Portugal,
- UNCAC Coalition e do
- Think Tank Risco de Fraude e Recursos Financeiros da UE, dinamizado pela Procuradoria-Geral da República.



4.2. Estratégia 2023-2030 TI Portugal

Em 2023, a TI Portugal, sob a Presidência de Nuno Cunha Rolo, prosseguiu um maior enfoque na consagração normativa de documentos estruturantes da atividade futura da Associação. Assim, durante o ano 2023, foram aprovados:

- A Revisão dos Estatutos (em AG de 29 abril 2023);
- A Estratégia 2023- 2030 TI Portugal, "Portugal e portugueses livres da corrupção" (em AG de 30 junho 2023).
- O Plano de Comunicação e Advocacia (Direção maio 2023);
- A Política para a Prevenção e Combate à Discriminação e ao Assédio no Trabalho (Direção junho 2023);

A aprovação da Estratégia TI-Portugal 2023-30 permite à TI Portugal ter um referencial de governação e gestão da Associação nos próximos anos. Como referido no documento, trata-se de uma estratégia, não um plano. "Ela vinculará e será concretizada nos planos de ação a elaborar pelas futuras Direções, conforme competência estatutária. Cada Direção, assente na sua legitimidade eleitoral, definirá as escolhas diretivas e alocará recursos, pessoas, atividades, projetos, programas, meios, metas e indicadores, no curto e médio-prazo. A Estratégia será o referencial estratégico daqueles planos, para que a governação e gestão da nossa Associação alcance, em 2030, a visão nela consagrada".

A Estratégia TI Portugal 2030-2030, define o posicionamento da Associação em três pontos:

- 1. A TI Portugal realiza a sua visão e missão através do desenvolvimento de iniciativas promovendo mudanças sistémicas e sustentáveis com impacto nos poderes, públicos e não públicos, e setores económicos e sociais;
- 2. Os terrenos prioritários de ação serão o institucional e o mediático (media e redes sociais), devendo a Associação pautar-se pela independência e objetividade das suas intervenções, e agir sempre de forma assertiva, credível e construtiva;
- 3. Os alvos prioritários no âmbito da prevenção, deteção, investigação e repressão são a corrupção política e a corrupção transnacional, envolvendo Portugal e a CPLP.

O objetivo é que a Associação diversifique o mais possível as suas fontes de financiamento, fazendo decrescer significativamente o peso dos projetos na estrutura de receitas.

A Estratégia TI Portugal 2023-30 permite, assim, robustecer o foco e o caminho a seguir pela TI Portugal, para alcançar o propósito final: um pais de boa governação e livre de corrupção.

O Plano de Comunicação e Advocacia e a Política para a Prevenção e Combate à Discriminação e ao Assédio no Trabalho são dois documentos de Política Interna muito importantes no alinhamento ético, de integridade e de transparência da atividade da Associação.



4.3. Manifesto Eleitoral

A 30 de setembro de 2023 foi eleita a nova Direção, sob a Presidência de Margarida Mano, com 5 dos 7 membros eleitos pertencendo à direção anterior. A proposta programática sufragada continha as seguintes propostas:

- 1. O acompanhamento de forma permanente da implementação eficaz e adequada da Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC) e demais instrumentos legais de suporte
- 2. A luta contra a corrupção deve ser feita, também, pelo setor privado, para permitir uma concorrência mais justa e um desenvolvimento económico mais sustentável.
- 3. A sensibilização, a formação e o envolvimento comprometido das crianças, dos jovens e da sociedade em geral nos domínios da ética e da integridade são ações estruturantes, e nunca terminadas, no âmago da missão da TI Portugal.
- 4. A boa execução do PRR e da agenda europeia para a ação digital e ação climática é central para o desenvolvimento futuro do país, e não pode ser prejudicada por fatores que condicionem ou viciem a concorrência e o acesso justo, transparente e eficiente aos fundos europeus pelas famílias, empresas e instituições.
- 5. Enquanto membro da rede global da Transparency International, a TI Portugal deve enquadrar a sua ação dentro das linhas gerais do movimento, bem como participar ativamente na rede global.
- 6. As próximas eleições autárquicas serão em 2025 e irão merecer atenção da nossa parte, sobretudo ao nível do abuso dos "ajustes diretos" nas empreitadas e aquisição de bens e serviços, tal como no aligeiramento do uso do "fundo de maneio" das Câmaras Municipais, quando se verificou a última alteração nos mecanismos da contabilidade pública das autarquias locais.
- 7. Pela sua enorme popularidade e baixo escrutínio nacional, o desporto, e nomeadamente o futebol, são atualmente uma das indústrias que movimenta mais dinheiro transfronteiriço e mais expostas a riscos de corrupção, branqueamento de capital e tráfico de influências.
- 8. Existem ferramentas e mecanismos destinados a reforçar a transparência e integridade das Instituições e seus responsáveis, que importa escrutinar, divulgar e partilhar boas práticas, bem como promover aprofundamentos.
- 9. O acompanhamento da produção legislativa em matéria de combate à corrupção e regulação da ética na política são um tema central da atividade da TI Portugal.





5.1 Projetos de Financiamento Internacional

No ano 2023 foram desenvolvidos os seguintes projetos, agregados por áreas temáticas:

ACRÓNIMO	DESIGNAÇÃO	ÁREA TEMÁTICA	DATA Início-Fim	FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO GLOBAL	REMBOLSO CUSTOS com PESSOAL	GASTOS com PESSOAL Alocados 2023
ACTUA	Academia Cidadã de Direitos Humanos e Boa Governança (Guiné Equatorial)	Cooperação para o Desenvolvimento	01/07/22	CE/ Europe Aid	368 421 €	72 675 €	4 766 €
	https://transparenci a.pt/actua/		30/06/25				
CO.RE	Corruption Risk Indicators in Emergency	Contratação Pública	01/12/21	CE	51 676 €	33 935 €	16 014 €
	https://www.core- anticorruption.eu/						
IW 3.0	Integrity Watch 3.0	Integridade na Política	01/01/22	CE	16 329 €	13 711 €	7 010 €
	https://www.core- anticorruption.eu/		31/12/23				
RedeGOV	Capacitar a RedeGOV	Cooperação para o Desenvolvimento	01/10/23	NED	187 179 €	12 354 €	7 049 €
NED	https://transparenci a.pt/redegov-cplp/		31/03/24				
GACC III	GACC – Luanda Leaks III	a Leaks Corrupção 01/10/23 GACC	GACC	23 500 €	18 000 €	10 658 €	
			31/03/24				
					647 105 €	150 675 €	45 497 €

Em 2023 foram aprovados 5 novos projetos (3 iniciados em 2023 e os restantes em 2024).











5.2. Prestações de Serviços

DESIGNAÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Protocolo com a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)	Integridade no Setor Público e Educação para a Integridade







Eventos do Projeto e Prestação de Serviços	Total de participantes	Data	Localização
Integrity Bootcamp (protocolo de colaboração com a Direção-Geral de Energia e Geologia)	20	11/04/20 23 a 14/04/20 23	Fundação O Século
Integrity Watch 3.0 Peer-to-peer exchange on data-governance in political integrity (Projeto Integrity Watch 3.0)*	N/A	16/05/20 23	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Cerimónia de Encerramento do Integrity Bootcamp (protocolo de colaboração com a Direção-Geral de Energia e Geologia)	86	23/06/20	Fundação O Século
Reunião do projeto "COrruption Risk indicators in Emergency" (CO.R.E)*	12	20/06/20	Hotel Lisboa Plaza, Lisboa
Workshop para Jornalistas – Apresentação da plataforma Integrity Watch Portugal (projeto Integrity Watch 3.0)	8	26/10/20 23	Online (ZOOM)
Workshop para Investigadores – Apresentação da plataforma Integrity Watch Portugal (projeto Integrity Watch 3.0)	4	02/11202	Online (ZOOM)
Conferência "Corrupção e Direitos Humanos: obstáculos à intervenção cívica de ativistas e ONG anti-corrupção na Lusofonia" (projeto da RedeGOV com o apoio do National Endowment for Democracy - NED)	25	12/12/20 23	Online (ZOOM)



5.3. Seminários GADI 2023

Os Seminário GADI são uma iniciativa mensal dos Grupos de Apoio e Discussão da TI Portugal subordinados a um tema de discussão específico. Foram realizados 9 GADI em 2023.

	Título do Evento	Orador(es)	Moderador	Total de Inscritos	Total de participantes
1	Futebol, uma fonte ou uma oportunidade para a corrupção?	Jorge Máximo	Nuno Cunha Rolo (Zoom)	128	13
2	O novo pacote legislativo de Combate ao Branqueamento de Capitais – linhas gerais	Miguel Carapeto (Assessor Político no grupo Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), no PE)	Nuno Cunha Rolo (Zoom)	128	10
3	"Defesa, segurança, transparência e integridade – um guia para a perplexidade"	Luís Pais Bernardo (Co-fundador da TI Portugal)	Nuno Cunha Rolo (Zoom)	128	15
4	"Meios e mecanismos da corrupção e dos crimes financeiros em Portugal – a visão de um jornalista"*	António José Vilela (Diretor- adjunto da Revista Sábado)	Nuno Cunha Rolo (Presencial)	11	5
5	"Programas de Compliance x Sistemas de Integridade: aspetos fundamentais da estratégia adotada na Petrobras"	Marcelo Zenkner (sócio nas áreas de Direito Administrativo & Projetos Governamentais e de Compliance & Investigação de TozziniFreire)	Nuno Cunha Rolo (Zoom)	128	20
6	"Deveres gerais e sanções aplicáveis no Regime Geral de Prevenção da Corrupção"	Diogo Santana Lopes (Advogado)	Nuno Cunha Rolo (Zoom)	128	13
7	"Como denunciar infrações e irregularidades de forma segura, válida e eficaz no âmbito do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações? As perspetivas disciplinar e penal"	Margarida Baptista (Advogada) e Nuno Igreja Matos (Associado Principal na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados)	Nuno Cunha Rolo (ZOOM)	128	10
8	Apresentação do Guia de Apoio ao Denunciante da TI Portugal	Joana Freitas e Luís Mota Almeida (Assessor jurídico e parlamentar na AR)	Nuno Cunha Rolo (ZOOM)	128	13
9	Apresentação da plataforma Integrity Watch Portugal*	N/A	Martim Agarez e Karina Carvalho (ZOOM)	128	21

27



5.4. Tertúlias Abertas 2023

Durante o ano de 2023 foi iniciado a um novo formato de evento, promovido pela TI Portugal - as Tertúlias Abertas – que tem como objetivo aprofundar a reflexão sobre temas-chave no âmbito do reforço da transparência, integridade, boa governação e democracia.

	Título do Evento	Orador(es)	Moderador	Total de Inscritos	Total de participanto
1	"Acesso à Informação e Administração Aberta"	Renato Gonçalves (membro da CADA)	Karina Carvalho	60	37
2	"PRR e Portugal 2030: o que fazer pasra salvaguardar os Fundos Europeus?""	Fernanda Marques (CCDR-LVT), Ana Carla Almeida (Coordenadora do Think Tank) e Susana Peralta (Professora Auxiliar na Nova SBE)	Karina Carvalho	65	34
3	"Governação, atuação e crescimento do Fundo Ambiental: riscos e mecanismos de controlo?"	Maria Teresa Goulão (Especialista em Sustentabilidade); Marco Rebelo (Secretário-Geral do Ambiente); João Adrião (Gestor Ambiental e Florestal)	Jorge Máximo	31	26

As Tertúlias Abertas tiveram lugar no Centro Transparente Salgueiro Maia.



5.5. Campanhas

Além dos projetos e prestações de serviço, foram desenvolvidas/ prosseguidas as seguintes campanhas de monitorização e advocacia:

DESIGNAÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
CPI – Índice de Percepção da Corrupção	Transversal
Juntos contra a Corrupção	Transversal, monitorizando implementação da Estratégia Nacional Anti-Corrupção
Integridade na Política	Contra a captura das instituições por formas de influência encobertas, corrupção, clientelismop e favoritismo
Negócios Fantasma	Prevenção do Branqueamento de Capitais
Proteger quem denuncia	Proteção de Denunciantes
Contratação Transparente	Contratação Pública e proteção dos fundos europeus
Perguntar não ofende	Acesso à Informação
Vistos Gold	Prevenção do Branqueamento de Capitais
Corrupção e Direitos Humanos	Combate aos Fluxos Financeiros Ilícitos e Recuperação de Ativos, com particular enfoque na CPLP
Milhões em Contrarrelógio: JMJ Lisboa 2023	Contratação Pública





5.6. Festival Transparente 2023

A 6a edição do Festival Transparente realizou-se entre os dias 4 e 9 de dezembro de 2023, assinalando o combate contra a corrupção (dia 9 de dezembro).

Título do Evento	Orador(es)	Moderador(es)	Total de participantes	Data	Localização
Homenagem a Salgueiro Maia & Tertúlia: MENAC – o que esperar deste novo regulador?	Convidada de Honra: Natércia Salgueiro Maia, viúva do Capitão de Abril Salgueiro Maia Susana Lencastre (Partner na EY) Margarida Matos Rosa (ex-Presidente da AdC)	Margarida Mano e José Fontão	10	04/12/2023	Centro Transparente Salgueiro Maia, Lisboa e Online (ZOOM e Facebook TI Portugal)
Debate: ENAC – O que foi feito e o que falta fazer?	Mónica Correia e Pedro Nunes (Administradores da EpT) Jorge Lobato (Secretário-Geral MENAC) Ana Carla Almeida (Dinamizadora Think Tank), Marta Albuquerque (Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social)	Margarida Mano	21	05/12/2023	Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL)
Seminário GADI: "Formação para a Integridade dos Dirigentes da Administração Pública"	N/A	Filipa Duarte Gonçalves e Ana Sirage Coimbra	16	06/12/2023	Online (ZOOM e Facebook TI Portugal)
Webinar: Integridade Empresarial	Joana Freitas (Mário Parra da Silva (Presidente da Associação Portuguesa de Ética Empresarial – APEE)	José Fontão	18	07/12/2023	Online (ZOOM e Facebook TI Portugal)
Comemorações Dia Internacional Contra a Corrupção – Frente Cívica e TI Portugal*	Margarida Mano Luís de Sousa	N/A	N/A	09/12/2022	Auditório Municipal da Póvoa de Varzim





5.7. Revista Transparente

O Primeiro Número da Revista Transparente foi lançado no dia 27 de setembro, no Centro Transparente Salgueiro Maia, num evento que juntou 39 participantes, entre autores dos artigos e associados.

A Revista Transparente tem como Diretor Nuno Cunha Rolo.

Autor(es)	Título do Artigo
Mário Tavares da Silva (Vice-Presidente – Estrutura de Missão «Recuperar Portugal»)	O MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA – UM PASSO EM FRENTE NA GOVERNANÇA MULTINÍVEL –
Luís Filipe Mota Almeida (Investigador associado no Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)	AS AUTARQUIAS LOCAIS E O REGIME GERAL DE PROTEÇÃO DO DENUNCIANTE DE INFRAÇÕES: DOS PASSOS EM FRENTE ÀS MELHORIAS NECESSÁRIAS
Ana Sirage Coimbra (Jurista na Administração Pública; Investigadora no Centro de Investigação em Justiça e Governação (JusGov) da Escola de Direito da Universidade do Minho)	ALGUMAS NOTAS SOBRE AS CONTRAORDENAÇÕES NO REGIME GERAL DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
João Cravinho (Deputado à Assembleia da República, Ex-Ministro)	O PRESENTE E O FUTURO DA PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO: DUAS PROPOSTAS METODOLÓGICAS
Filipe Silva (Assessor do Diretor-Geral de Energia e Geologia) e Sílvia Estevão (Coordenadora da Unidade de Auditoria Interna na Direção- Geral do Património Cultural)	A IMPORTÂNCIA DE PROJETOS DE PARCERIA ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL: DOIS CASOS DE SUCESSO
Sérgio Laranjinho (docente da Unidade Politécnica do Instituto Universitário Militar)	A TRANSPARÊNCIA COMO CONTROLO PREVENTIVO DA COLUSÃO NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA – PRIMEIRAS REFLEXÕES
Bernardo Vidal (jurista na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros)	PORTUGAL CONFIDENCIAL
Gustavo Gouvêa Maciel (Investigador-doutorando em Políticas Comparadas no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)	POR QUE APOIAMOS CANDIDATOS ENVOLVIDOS EM CASOS DE CORRUPÇÃO EM PORTUGAL? UMA ANÁLISE DESCRITIVA POR REGIÕES
António Pedro Dores (Professor de sociologia, sociólogo abolicionista especializado em violência)	POPULISMO E COMBATE À CORRUPÇÃO
Maria Teresa Goulão (Fundadora da TI Portugal e Especialista em sustentabilidade)	ESG – A BOA E A MÁ MOEDA



5.8. Iniciativas Diversas

Uma das atividades desenvolvidas no Centro Transparente Salgueiro Maia é o apoio e aconselhamento a denunciantes e vítimas de corrupção (Provedoria TI Portugal)

Em 2023 a Provedoria TI Portugal, serviço de apoio a denunciantes e vítimas de corrupção e infrações conexas continuou também ativa, mas prossegue com vários constrangimentos pela falta de recursos humanos com conhecimentos jurídicos capazes de prestar esclarecimento e encaminhamento para as autoridades competentes.

Título do Evento	Orador(es)	Moderador(es)	Total de Inscritos	Total de participantes	Data	Localização
Filme Comentado: "Salgueiro Maia - O Implicado"	António Sousa Duarte (autor da biografia de Salgueiro Maia)	Nuno Cunha Rolo	18	13	12/01/2023	Centro Transparente Salgueiro Maia, Lisboa
Almoço-Debate (13º Aniversário TI Portugal)	Ana Gomes, Paulo Morais, Mário Parra da Silva, António João Maia, André Francisco Teixeira	Karina Carvalho e Nuno Cunha Rolo	24	29	17/09/2023	Academia Recreio Artístico, Lisboa
Workshop "Ética, Integridade e Prevenção da Corrupção – os instrumentos anticorrupção" *	N/A	N/A	N/A	N/A	13/12/2023	Câmara Municipal de Lisboa







O Centro Transparente – Centro de Documentação e Informação sobre Transparência, Boa Governança e Democracia, foi em 2023 rebatizado CENTRO TRANSPARENTE SALGUEIRO MAIA, que se encontra sedeado na Biblioteca Manoel Chaves Caminha, é também o local sede da Associação em Alvalade.

A 17 de setembro de 2023, a TI Portugal celebrou o seu 13º aniversário, com um almoço-debate na Academia Recreio Artístico, em Lisboa. Este almoço-debate, com o tema "Que caminho e fatores de sucesso para a promoção associativa da transparência e integridade em Portugal?", contou com a presença de cerca de 30 participantes, entre pessoas Associadas, membros da Direção da TI Portugal e os seis oradores convidados.



Em 2023, a TI Portugal organizou diversos eventos, no âmbito de vários projetos e campanhas, muitas vezes em colaboração com outras instituições. No total, participaram nestes eventos, aproximadamente 600 pessoas.

EVENTOS							
Número total de eventos	Inscritos	Participantes	Taxa de participação				
31	1601	577	36%				

O detalhe dos projetos e campanhas desenvolvidos pela Associação pode encontrar-se na página dedicada do website: https://transparencia.pt/o-que-fazemos/



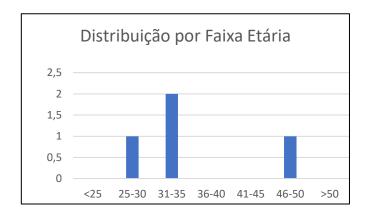


6.1. Colaboradores

A 31 de dezembro de 2023 a Associação dispunha de um total de 4 colaboradores, sendo 2 vinculados por contrato sem termo e dois vinculados por contrato a termo certo. A equipa está instalada no Centro Transparente Salgueiro Maia. três dos colaboradores têm o Mestrado e um tem licenciatura.

Nome	Cat Profissional	Vínculo	Ano Contratação
Karina Carvalho	Diretora Executiva	Contrato sem termo	2016
Martim Agarez	Técnico Financeiro e de Projetos	Contrato sem termo	2017
Técnica de Informaçã		Contrato a termo certo	2022
Maria Ana Lopes	Projetos		
David Almeida	Assistente de Projetos	Contrato a termo certo	2023



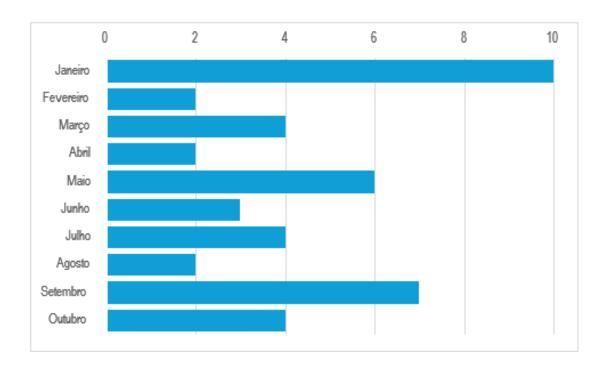




6.2. Associados

Em 2023, entraram 49 novos associados e foram registados 2 pedidos de desvinculação. A idade média dos associados novos que entraram no ano é de 47 anos, o que representa um rejuvenescimento face à média do total de associados (53 anos). O total de associados da Associação a 31 de dezembro de 2023 é de 1373.

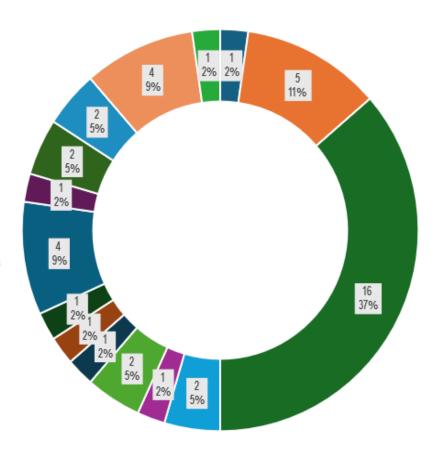
Adesões em 2023:





O maior número de associados ativos da TI Portugal em 2023 vem da área do direito (37%), seguida da área da contabilidade, banca e finanças (11%) e dos da área de Tecnologias da Informação (9%).

- Artes, design e arquitetura
- Contabilidade, banca e finanças
- Direito
- Engenharia e fabrico
- Ensino Superior e investigação
- Estudante
- Formação e Educação
- Função pública e administração
- Marketing, publicidade e relações públicas
- Negócios, consultoria e gestão
- Recrutamento e RH
- Reforma e desemprego
- Saúde e serviços de emergência
- Tecnologias da informação
- Vendas e retalho







7.1. Operacionalização do Modelo de Governança 2023-2026

No quadro do Plano de Comunicação e Advocacia, aprovado a 5 de maio, foram redefinidas as responsabilidades da Direção e da Diretora Executiva, nomeadamente no que se refere à representação institucional, e estabelecidas como nucleares iniciativas dirigidas ao reforço da sensibilização e formação para as temáticas trabalhadas pela TI Portugal, com destaque para os GADI, as Tertúlias Abertas, o Podcast "Peço a palavra", a "Revista Transparente", bem como o Festival Transparente e a celebração anual do Aniversário da TI Portugal a 17 de setembro.

Em dezembro de 2023 foram clarificadas as responsabilidades e atribuições da Diretora Executiva, em consonância com o modelo de governança e nomeação da DE criado em 2017. Sob a dependência e orientações da Direção da TI Portugal, compete à Diretora Executiva assegurar a gestão executiva, técnica e operacional da TI Portugal, velando pelo cumprimento escrupuloso da sua visão, missão e objetivos. As funções da DE envolvem executar as atividades das estratégias definidas pela Direção da TI Portugal para cumprir a sua missão, supervisionar programas e projetos, gerir a equipa, gerir a tesouraria, angariar fundos e garantir o cumprimento dos Estatutos. Funcionando a Direção eleita como um órgão colegial, foram distribuídos pelouros a todos os membros da Direção.

A aprovação de qualquer projeto, cujo âmbito se enquadre na missão e valores da TI Portugal e responda aos critérios de envolvimento e compromisso fixados, passou a ser feita em reunião de Direção, com a afetação de um membro da direção responsável pelo acompanhamento do mesmo nas suas diferentes fases (da candidatura ao encerramento) e vertentes (execução física, financeira, desenvolvimento de redes, etc).

Clarificou-se assim que, no âmbito da Gestão de Projetos, compete à Diretora Executiva:

- Assegurar a prospeção de oportunidades de projetos;
- Apresentar propostas à Direção, evidenciando o respetivo enquadramento no Quadro da Estratégia da TI Portugal;
- Elaborar de propostas de candidaturas;
- Articular com as entidades promotoras e financiadoras da gestão operacional do Projeto;
- Efetuar reporte regular da execução de projetos de acordo com os modelos definidos pela Direção da TI Portugal.



Podendo ainda ser atribuídas à Direção Executiva, funções específicas no âmbito da equipa dos projetos.

De modo a salvaguardar a qualidade científica dos projetos, bem como a potenciar sinergias com outros estudos relevantes levados a cabo por centros de estudos ou de investigação, assumiu-se que deverão ser protocoladas relações de colaboração da TI Portugal com instituições de ensino superior, centros de investigação ou de estudos nas áreas estratégicas para a missão da TI Portugal, permitindo deste modo a constituição de bolsas de investigadores por áreas temáticas a que a TI Portugal poderá recorrer neste âmbito. Estas colaborações deverão, na medida do possível, privilegiar investigadores associados e/ou incentivar a adesão à TI Portugal de novos associados investigadores. Da lista de Protocolos Ativos da TI Portugal existem já exemplos de potencial de colaboração neste âmbito, como é o caso do ICS.



7.2. Comunicação e Impacto

As atividades, projetos e campanhas da TI Portugal foram comunicados o longo de todo o ano de 2023, através de diversas plataformas, como o site da TI Portugal (agenda, notícias, páginas dedicadas); a Newsletter "Transparência em Notícia" (cerca de 2.450 subscritores, enviada semanalmente); a Newsletter Transparência em Ação (enviada para os associados TI Portugal, mensalmente), emailings para várias bases de dados (associados, inscritos e participantes nas atividades TI Portugal); Posts nas redes sociais da TI Portugal; Press Releases, vídeos, etc.).

No que se refere ao outreach, em geral, os dados obtidos em 2023 - considerando todos os meios de comunicação utilizados pela TI Portugal - mantiveram-se em linha com os obtidos em 2022, ainda que com novidades (novos eventos e Revista Transparente) e aumentos significativos em plataformas como o Website, o Twitter e o Linkedin.

O website da TI Portugal é a principal plataforma de divulgação das atividades, projetos e campanhas desenvolvidos pela Associação.

Em 2023, o website da TI Portugal contou com a visita de 74.284 utilizadores únicos, num total de 107.898 visualizações. Em relação a 2022, registou-se um aumento de utilizadores de 41.886. Os utilizadores do nosso site são oriundos principalmente de Portugal, do Brasil, dos Estados Unidos, de Angola e de Espanha.

SITE						
Visualizações do site	Utilizadores Únicos	Número médio de visualizações de site				
107898	74284	1,45				
F	Páginas de Eventos					
2291	1701	1,35				
Pá	ginas de Campanhas					
59932	45271	1,32				
Blogposts						
11589	9031	1,28				

No total, em 2023, publicámos 66 blogposts (11.589 visualizações totais) e 28 eventos na agenda do site (2291 visualizações totais). À semelhança do ano anterior, as páginas mais visitadas foram as do Índice de Perceção da Corrupção e a da campanha dos Vistos Gold. O artigo de 2023 mais visitado do site refere-se ao facto de 93% dos portugueses considerarem que a corrupção é prática comum no nosso país (926 visitas).



Mass Mailings							
	Total	Aberturas	Clicks	Audiência Potencial	Total Outreach		
Newsletters	52	28945	2682	118259	26%		
Emailings	130	31490	1831	129 498	25%		

O mailing é um instrumento muito abrangente e importante para a comunicação da TI Portugal aos seus associados. Em termos de mailing, a abertura tem uma boa taxa, mas a interação é baixa, medindo os clicks relativamente ao número de pessoas que abrem a taxa é 9%, quando desejavelmente se deveria situar também à volta dos 20%. Este será um alerta de se devem trabalhar os conteúdos para levar as pessoas a clicarem mais.

Relativamente às Redes Sociais a TI Portugal marca presença no Facebook, Twitter, LinkedIn e Instagram.

Redes		URL	Total de Seguidores		
		U NL	2023	2022	
1	Facebook	https://www.facebook.com/transparenciapt	47339	47580	
2	Twitter	https://twitter.com/transparenciapt	4166	4076	
3	LinkedIn	https://www.linkedin.com/company/transparenciapt/	2658	1612	
4	Instagram	https://www.instagram.com/transparencia_integrida de/	1332	1230	



Considerando as taxas de interação de referência do setor publico a interação nas redes sociais é muito boa no Facebook, Instagram e LinkedIn e no limite inferior de ser bom no Twitter.

No caso do LinkedIn, esta plataforma apresentou-se como uma excelente rede social para divulgarmos a nossa atividade, com cada vez mais seguidores e que continua a verificar aumentos sucessivos, e onde podemos atingir um público-alvo num contexto diferente e mais profissional.

REDES SOCIAIS							
Número total de posts	Alcance	Total de Interações	Taxa de interação				
807	230259	9477	4%				
Facebook							
179	43613	1754	4%				
	Twi	tter					
302	99746	1461	1%				
	LinkedIn						
176	67118	5184	8%				
Instagram							
150	19782	1078	5%				

YOUTUBE							
Número total de vídeos	Visualizações	Comentários	Total de Interações	Média de Visualizações			
19	2141	0	2141	113			

Por sua vez, no YouTube mais do que o desempenho em 2023, que não é muito significativo uma vez que revela uma baixa visualização média dos vídeos, é importante o facto de termos vindo a constituir um acervo importante relativo às atividades e eventos que a TI Portugal vem desenvolvendo ao longo dos anos, que utilizamos regularmente para divulgação nos nossos meios e consulta futura por parte de todos os interessados.

Relativamente às intervenções junto de órgãos da comunicação social, bem como à participação em eventos, os membros da direção representaram a Associação em 171 ocasiões: 42 vezes em canais de TV, 44 em programas de rádio, 38 em entrevistas a jornais online e 47 presenças em eventos (conferências, seminários, reuniões, entre outros).





8.1. Análise Financeira e de Sustentabilidade

O presente relatório presta contas da gestão financeira e económica anual da Transparência e Integridade, Associação Cívica durante o ano 2023, em cumprimento do disposto nos artigos 20.º e 34.º dos Estatutos. A responsabilidade das contas é das duas Direções em exercício no ano.

Nota explicativa dos resultados apurados no ano

1. Visão global dos resultados:

O ano 2023 foi um ano marcante no histórico da atividade da TI Portugal. Apesar de ter sido um ano de forte reflexão estratégica consomada com a aprovação em Assembleia Geral da estratégia da Associação até ao final da década e de eleição de novos corpos sociais que assumiram com ambição e determinação a implementação daquela estratégia, foi também um ano de forte redução da atividade comparticipada por financiamento internacionais, facto que corrobora, a afirmação que tem vindo a ser reiterada pela direção da necessidade da TI Portugal em assegurar menor dependência de subsidiação europeia, focando maior disponibilidade e esforço na procura de iniciativas em Portugal que me possam permitir o aumento de receitas, quer através da prestação de serviços a entes públicos e equiparados, quer através de maior envolvimento e participação dos seus associados no reforço da sustentabilidade financeira da Associação.

O resultado de 2023 reflete um prejuízo de 73 mil euros, valor que representa o maior prejuízo desde a fundação da Associação e reforça a necessidade de medidas urgentes na alteração do modelo de funcionamento da Associação de forma a assegurar a sua manutenção futura. Para este resultado, contribuíram uma forte redução dos Rendimentos da Associação, que reduziram 58% face a 2022, os quais não foram acompanhados por igual dimensão nas rubricas de Gastos e Perdas, que apenas reduziram 26%, penalizados por um crescimento de 19% na rubrica de custos com pessoal, conforme segue:

	2023	2022	2021	Var. 2023/ 2022
Quotas e Donativos	16 404 €	38 592 €	20 236 €	-57%
Receitas de Prestação Serviços	11 448 €	26 237 €		-56%
Reconhecimento de subsidios	70 356 €	176 497 €	208 662 €	-60%
Outros Rendimentos	2 967 €	2 165 €	70€	37%
(+) Total de Rendimentos	101 175 €	243 491 €	228 968 €	-58%
Gastos com Pessoal	112 156 €	94 513 €	95 545 €	19%
Fornecimentos serviços externos	55 784 €	112 932 €	94 109 €	-51%
Outros Gastos	1 274 €	22 586 €	33 813 €	-94%
Imparidades para dividas	11 363 €	15 312 €	2 120 €	-26%
(-) Total de Gastos e perdas	180 577 €	245 343 €	225 587 €	-26%
(=) Resultado do ano	-79 401 €	-1 853 €	3 382 €	



Decompondo o resultado de 2023 por natureza, destacam-se as seguintes mensagens imediatas:

- Rendimentos com quotas e donativos de associados continuam muito abaixo dos valores potenciais para uma Associação com cerca de 1500 associados. A dificuldade de cobrança de quotas determinou que o reconhecimento de 16m€ de receitas potenciais fosse ajustado com uma imparidade de 11m€ por duvidas sustentadas na sua cobrabilidade.
- Reconhecimento de subsídios representaram 70% das receitas do ano, os quais apenas puderam ser alocados para cobertura de 41% dos gastos com pessoal e 38% dos gastos totais incorridos no ano. Este facto que demonstra a insustentabilidade financeira futura da Associação caso continue excessivamente dependente de projetos financiados por subsídios internacionais, dado que se são insuficientes para cobrir os custos fixos de estrutura da Associação.
- Gastos com pessoal superaram a totalidade dos rendimentos da Associação do ano em cerca de 11m€. Para este resultado contribuiu o reforço em um colaborador da equipa técnica (de 3 para 3 pessoal) sem que isso tivesse sido refletido em aumento de atividades geradoras de novas receitas.
- Estrutura da TI sem alocação de tempos a projetos e prestação de serviços geradores de rendimentos representaram 88 m€ de gastos (imparidade não incluída).

O quadro abaixo, sistematiza os resultados apurados por natureza e alocação.



		Alocados a:							
	Total			Projectos financiados		Prestação de Serviços		Gestão da associação	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
Quotas e Donativos	16 404 €	16%			0%		0 %	16 404 €	100%
Receitas de Prestação Serviços	11 448 €	11%			0 %	11 448 €	100%		0%
Reconhecimento de subsidios	70 356 €	70%		69 123 €	98%		0%	1 234 €	2%
Outros Rendimentos	2 967 €	3%			0 %		0 %	2 967 €	100%
(+) Total de Rendimentos	101 175 €	100%		69 123 €	68%	11 448 €	11%	20 604 €	20%
Gastos com Pessoal	112 156 €	62%		45 498 €	41%	9 615 €	9 %	57 043 €	51%
Fornecimentos serviços externos	55 784 €	31%		23 108 €	41%	1 237 €	2%	31 439 €	56%
Outros Gastos	1 274 €	1%		900 €	71%		0%	374 €	29%
Imparidades para dividas	11 363 €	6%			0 %		0 %	11 363 €	100%
(-) Total de Gastos e perdas	180 577 €	100%		69 506 €	38%	10 852 €	6%	100 219 €	55%
(=) Resultado do ano	-79 401 €			-383 €		597 €		-79 615 €	

2. Análise especifica aos projetos financiados em 2023

Sobre os projetos, importa salientar que, por regra a TI Portugal é cofinanciadora dos projetos através da alocação não comparticipada de 5% a 10% do tempo de recursos humanos próprios aos projetos.

Em 2023, a atividade subsidiada da TI Portugal foi concentrada na execução de 5 projetos de natureza plurianual e financiados por entidades internacionais cujos orçamentos iniciais se decompunham da seguinte forma:



Como se observa, das receitas recebidas dos financiadores para a execução dos 5 projetos, apenas 24% se destinou a comparticipar o reembolso de gastos de pessoal com a equipa da TI Portugal, sendo que o restante se destina a incorrer em gastos específicos do projeto ou a transferir para 3°s parceiros na sua execução. De referir, contudo, que, também em média, o orçamento de projeto é inflacionado em cerca de 7% do seu valor para comparticipar custos indiretos que Associação incorre na sua execução, tais como despesas com contabilidade, informática, etc.

Dada a natureza plurianual dos citados projetos, o quadro abaixo circunscreve os rendimentos e gastos incorridos com os mesmos apenas no ano 2023.

	Projectos	(+) Rédito Reconhecido	(-) Gastos com Pessoal Alocados	(-) Outros Gastos Incorridos e alocados	(=) Resultado apurado	Rédito do ano em % da subvenção total	Gastos com pessoal do ano em % do total orçamentado
ACTUA	Academia Cidadã Guiné Equatorial	22 226 €	4 766 €	16 836 €	625 €	6%	7%
CO.R.E	Riscos corrupção cont. publica emergencia	21 139 €	16 014 €	5 930 €	- 806€	45%	47%
I.W. 3.0	Integrity Watch	7 954 €	7 010 €	1 242 €	- 298€	54%	51%
RedeGOV NED	Capacitação RedeGOV	7 075 €	7 049 €	- €	26€	4%	57%
GACC III	Corrupção Transnacional	10 728€	10 658€	- €	70 €	46%	59%
	Total	69 123 €	45 498 €	24 008 €	- 383 €	11%	30%

Como anteriormente apresentado, os projetos em 2023 permitiram o reconhecimento de cerca de 69m€ de rendimentos, equivalente a 11% do montante total consignado no orçamento dos mesmos. Do valor reconhecido apenas 45m€ foi alocado a comparticipar gastos de pessoal, sendo os restantes 24m€ relacionados com a comparticipação de outras despesas especificas e necessárias à execução dos projetos. Em termos simples, estes resultados traduzem que mais de metade do tempo disponível da atividade da Associação não foi dedicado/comparticipado com atividades de projetos financiados, pelo que para se sustentar a atividade é necessário que o restante tempo seja compensada com receitas de outras vias, nomeadamente, prestações de serviços e maior envolvimento e contributo da rede de associados.



Em termos de execução financeira, no final do ano os saldos em balanço dos projetos executados em 2023 e relacionados com recebimentos ou pagamentos já executados, mas ainda não reconhecidos em resultados ascendiam a 168m€ que incluíam:

- 133m€ já recebido do projeto NED a executar em maio de 2024, dos quais 90m€ para reembolso de gastos a serem incorridos pela TI.PT, e contabilizados na rubrica de diferimentos a reconhecer, e o restante para transferir para o parceiros do internacionais para projetos, e contabilizados na rubrica de outros passivos.
- 39m€ relativos ao projeto ACTUA, dos quais apenas 20m€ para reembolso de gastos a serem incorridos no futuro pela TI Portugal, e contabilizados na rubrica de diferimentos a reconhecer, e o restante para transferir para o parceiros do internacionais para projetos, e contabilizados na rubrica de outros passivos.
- Os restantes saldos referem-se aos normais acertos de fecho de projeto e deverão ser regularizados em 2024.

	Projectos	Saldo em Balanço em 31.12.2022	(+) Recebiment os em 2023	(-) Gastos com Pessoal	(-) Outros Gastos	(-) Transf. para parceiros	(+/-) Outros Mov.	(=) Saldo em Balanço em 31.12.2023
ACTUA	Academia Cidadã Guiné Equatorial	98 211 €	8 114 €	4 766 €	16 836 €	42 681 €	2 432 €	39 609 €
CO.R.E	Riscos corrupção cont. publica emergencia	- 4 045 €	23 254 €	16 014 €	5 930 €		- 806€	- 1931€
I.W. 3.0	Integrity Watch	- 2 928 €	8 083 €	7 010 €	1 242 €		- 298€	- 2 799 €
RedeGOV NED	Capacitação RedeGOV		140 384 €	7 049 €	- €		26€	133 308 €
GACC III	Corrupção Transnacional		11 000 €	10 658 €	- €		70€	272 €
	Total	91 237 €	190 834 €	45 498 €	24 008 €	42 681 €	1 425 €	168 460 €



3. Nível de liquidez disponível e análise dos saldos em balanço

O forte prejuízo incorrido em 2023 agravou significativamente a liquidez da Associação que se encontra agora numa situação de fragilidade a médio prazo. De facto, e apesar dos saldos bancários da Associação ascenderem 194 m€ no final de 2023, o balanço da Associação refletia também dividas de 81m€ e 108m€ de diferimentos para comparticipação de despesas a incorrer no futuro, incluindo gastos com pessoal, conforme segue:

	Disponibilidade no final do ano	194 544 €
(-)	Passivos correntes	81 334 €
(=)	Disponibilidades liquidas de passivos	113 210 €
(-)	Diferimentos a reconhecer a 31.12.2023	108 512 €
(=)	Saldo liberto de responsabilidade	4 698 €

Do lado do ativo corrente, que ainda poderá ser monetizado é de referir a existência de saldos de dividas de associados, referentes a quotas devidas mas não pagas no período de 2017 a 2023, no montante de 76 m€, dos quais 57 m€ se encontram imparizados por dúvidas fundadas na sua cobrança. Nestes termos, e caso a situação de incumprimento recorrente dos associados se mantenha nos próximos anos e não sejam possível obter novos rendimentos com a rede de associados e parceiros, a Associação corre o risco de ser forçada a reduzir a sua estrutura de funcionamento com impactos muito fortes na sua atividade de advocacia na luta pelo combate à corrupção em Portugal.







Balanços em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
ACTIVO			
Activo não corrente			
Investimentos financeiros	5	2.530,68	2.379,15
		2.530,68	2.379,15
Activo corrente			
Créditos a receber	6	35.559,55	30.817,54
Diferimentos	7	3.087,65	1.726,24
Outros activos correntes	8	7.049,00	1.080,00
Caixa e depósitos bancários	9	194.543,71	218.723,31
		240.239,91	252.347,09
Total do Activo		242.770,59	254.726,24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	10	72.021,75	72.021,75
Resultados transitados	10	57.117,29	58.969,79
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10	3.185,70	3.185,70
		132.324,74	134.177,24
Resultado líquido do período		(79.401,41)	(1.852,50)
Total dos Fundos Patrimoniais		52.923,33	132.324,74
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	305,47	575,26
Estado e outros entes públicos	12	3.663,83	3.546,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		1,62	1,62
Diferimentos	7	108.511,79	110.898,24
Outros passivos correntes	13	77.364,55	7.380,00
		189.847,26	122.401,50
Total do Passivo		189.847,26	122.401,50
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		242.770,59	254.726,24



Demonstrações dos Resultados por Naturezas Períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Vendas e serviços prestados	14	27.852,43	64.829,35
Subsídios, doações e legados à exploração	14	70.356,22	176.496,96
Fornecimentos e serviços externos	15	(55.784,17)	(112.931,80)
Gastos com o pessoal	16	(112.155,86)	(94.513,05)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	(11.362,60)	(15.312,39)
Outros rendimentos	17	2.966,67	2.164,64
Outros gastos	18	(1.274,10)	(22.586,21)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(79.401,41)	(1.852,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(79.401,41)	(1.852,50)
Resultado antes de impostos		(79.401,41)	(1.852,50)
Resultado líquido do período		(79.401,41)	(1.852,50)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		98.208,65	241.326,31
Pagamentos a fornecedores		(55.478,70)	(112.356,54)
Pagamentos ao pessoal		(112.155,86)	(94.513,05)
Caixa gerada pelas operações		(69.425,91)	34.456,72
Outros recebimentos/pagamentos		45.246,31	(28.523,64)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		(24.179,60)	5.933,08
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e Rendimentos Similares			
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)			-



Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento

Recebimentos provenientes de:			
Realização de Fundos			-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(24.179,60)	5.933,08
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		218.723,31	212.790,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	194.543,71	218.723,31

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Período de 2023

(Valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais

		Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2023	1	10	72.021,75	58.969,79	3.185,70	(1.852,50)	132.324,74
Alterações no período Aplicação do resutaldo liquido do ano anterior	2			(1.852,50) (1.852,50)		1.852,50 1.852,50	<u>-</u>
Resultado Líquido do Período	3					(79.401,41)	(79.401,41)
Resultado Extensivo	4 = 2 + 3					(77.548,91)	(79.401,41)
Operações com Instituidores no Período							
	5						
Posição no Fim do Período 2023	6 = 1 + 2 + 3 + 5	10	72.021,75	57.117,29	3.185,70	(79.401,41)	52.923,33



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Período de 2022

(Valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais

		Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2022	1	10	72.021,75	55.588,29	3.185,70	3.381,50	134.177,24
Alterações no período							
Aplicação do resutaldo liquido do ano anterior			-	3.381,50	-	(3.381,50)	-
	2			3.381,50		(3.381,50)	
Resultado Líquido do Período	3					(1.852,50)	(1.852,50)
Resultado Extensivo	4 = 2 + 3					(5.234,00)	(1.852,50)
Operações com Instituidores no Período							
	5					<u> </u>	
Posição no Fim do Período 2022	6 = 1 + 2 + 3 + 5	10	72.021,75	58.969,79	3.185,70	(1.852,50)	132.324,74



Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em euros)

1. Identificação da Entidade

A TI — Transparência e Integridade, Associação Cívica (doravante designada por "TI" ou "Associação") é uma Associação, pessoa coletiva de direito privado, de âmbito nacional, independente e sem fins lucrativos, tendo a sua sede na Avenida Rio de Janeiro n° 30, Piso 1, freguesia de Alvalade, no concelho de Lisboa e número de identificação de pessoa coletiva 509 569 242. A missão principal da TI é promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas e privadas, nomeadamente através da realização de campanhas públicas, projetos de investigação, ações de formação e da cooperação com outras organizações governamentais e não governamentais.

Na prossecução da sua missão, a Associação rege-se pelos valores e princípios da transparência e integridade, da responsabilidade, responsabilização e rigor, da solidariedade e coragem, da justiça e equidade, da objetividade e independência e da defesa dos valores fundamentais da democracia.

É do entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da TI Portugal, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da TI Portugal foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36 - A/2011, de 9 de março, ajustado pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo (SNC -ESNL) é composto pelos seguintes instrumentos: Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF): Modelos de demonstrações financeiras (MDF); Código de Contas (CC); Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL); Normas interpretativas (NI). As demonstrações financeiras incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos em conformidade com as características conceptual, compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade. As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.



3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. Em consequência, a 31 de dezembro do ano de reporte, em face da antiguidade dos saldos em aberto, são reconhecidas as seguintes imparidades acumuladas:

Ano de Quota	<u>Imparidade</u>
n-6	100%
n-5	100%
n-4	90%
n-3	80%
n-2	70%
n-1	60%
n	50%

b) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Os montantes incluídos na rubrica de "Depósitos Bancários e Caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria.



c) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A TI Portugal tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquida a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

d) Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Ativos e passivos contingentes

A TI Portugal não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

f) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.



g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

A TI Portugal reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a TI obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma transação estejam substancialmente resolvidas. A TI Portugal baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando a natureza da transação e a especificidade de cada acordo. Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços. São consideradas prestação de serviços as quotizações próprias.

De acordo com o artigo 7º dos Estatutos da TI, no que concerne à Quotização, está estabelecido:

- Os associados efetivos pagam uma quota anual, fixada em Assembleia-Geral, passível de revisão quando tal conste da respetiva convocatória;
- Os associados candidatos a órgão associativo ou nomeados para qualquer função interna da Associação têm de ter as quotas pagas, incluindo as vincendas, à data do prazo de candidatura ou da data de nomeação;
- Para efeitos do número anterior, o cumprimento das quotas pelos candidatos constantes da lista apresentada deve ser verificado pelos serviços da Associação no prazo de cinco dias após a receção da lista, devendo notificar o candidato faltoso do prazo de três dias para efetuar o pagamento, sob pena de exclusão da lista ou não nomeação.

h) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a TI irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado. Os subsídios do Governo associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos Fundos Próprios na rubrica "Outras Variações dos Fundos Próprios", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.



i) Especialização de períodos

A TI Portugal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de períodos, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

j) Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar, de acordo com a legislação aplicável. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Federação dos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correção. A Direção entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

k) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

Os meios financeiros necessários à consecução das atividades da TI Portugal são, maioritariamente, obtidos através de subsídios periódicos ou extraordinários de entidades terceiras, as quais decorrem do financiamento de projetos específicos. Consequentemente a continuidade das operações da TI encontra-se dependente da manutenção do suporte financeiro de terceiras entidades.

4. Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 não foram feitas alterações nas estimativas contabilísticas.



5. Investimentos financeiros

O movimento ocorrido na rubrica "Investimentos financeiros", nos períodos de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	31-Dez-23	31-Dez-22
	Corrente	Corrente
Investimentos Financeiros - FCT	2.530,68	2.379,15
	2.530,68	2.379,15

A 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido o valor dos Fundo de Compensação do Trabalho, tendo nas circunstâncias impactado a rubrica "Correções relativas a períodos anteriores" no valor de 2.164,64 euros (Nota 17). Em abril de 2023, por lei, deixou de haver descontos obrigatórios para o FCT.

6. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos da rubrica "Créditos a receber" foram como segue:

	31-Dez-23	31-Dez-22
	Corrente	Corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Quotas (valor bruto)	76.334,00	63.860,00
Imparidade acumuladas (Quotas)	(57.466,40)	(46.103,80)
	18.867,60	17.756,20
Subsídios	10.386,17	13.061,34
	29.253,77	30.817,54
Devedores e Credores Diversos	6.305,78	-
	35.559,55	30.817,54

Nas quotas foi reconhecido um reforço de perdas por imparidade para os valores cuja cobrabilidade é duvidosa, devido ao histórico de incobrabilidade. O valor incluído em "Devedores e Credores Diversos" refere-se ao projeto ACTUA, estando registado os valores referentes ao parceiro de implementação do projeto BOCAMANDJA (organização não-governamental, da sociedade civil, da Guiné Equatorial), o montante recebido no valor de 26.708,74 euros e o montante transferido no valor de 33.014,52 euros.

O detalhe do saldo reportado a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 da rubrica de subsídios, resulta do reconhecimento de acréscimos de rendimentos em relação aos seguintes dos projetos:



		31-Dez-23	31-Dez-22
Acréscimos de rendimentos:			
Corruption Risk Indicators in Emergency	CO.R.E.	1.930,57	4.045,41
Integrity Watch 3.0	I.W. 3.0	2.798,63	2.927,94
Power Up Anti Bribery for Human Rights and Sustainable Development	CLEANBIZ	5.656,97	5.656,97
Direção Geral de Energia e Geologia	DGEG		431,02
		10.386,17	13.061,34

7. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Diferimentos (Activo)		
Fornecimentos e Serviços externos	3.087,65	1.726,24
	3.087,65	1.726,24
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer - Projectos em curso:		
Subsídios	108.511,79	110.898,24
	108.511,79	110.898,24

O valor apresentado em 2023 e 2022 em subsídios resulta de rendimentos a reconhecer nos seguintes projetos:

		31-Dez-23	31-Dez-22
Rendimentos a reconhecer:			
Academia Cidadã de Direitos Humanos e Boa Governança (Guiné Equatorial)	ACTUA	17.994,68	98.210,84
Apoio, Proteção e Fortalecimento de Ativistas e Organizações da Sociedade Civil (Guiné Equatorial)	APROFORT	-	12.687,40
NED I RedeGov	NED	90.245,41	-
GACC 2023	GACC	271,70	-
		108.511,79	110.898,24



8. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica "Outros ativos correntes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
	Corrente	Corrente
Adiantamentos a Fornecedores	7.049,00	1.080,00
	7.049,00	1.080,00

Em 2022, o valor refere-se a um pagamento efetuado a mais recebido em 2023.

Em 2023, o valor refere-se a um adiantamento efetuado por despesas a efetuar do projeto Actua.

9. Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Depósitos à ordem	194.543,71	218.723,31
	194.543,71	218.723,31

10. Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a decomposição dos Fundos patrimoniais apresentavam-se como segue:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Fundos	72.021.75	72.021,75
Resultados transitados	57.117,29	58.969,79
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	3.185,70	3.185,70
	132.324,74	134.177,24
Resultado Líquido do período	(79.401,41)	(1.852,50)
	52.923,33	132.324,74



11. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Fornecedores conta corrente	305,47	575,26
	305,47	575,26

12. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1.089,24	1.577,39
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	270,85	255,81
Segurança Social	2.303,74	1.713,18
	3.663,83	3.546,38

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não se registavam quaisquer montantes em mora em relação ao Estado e Outros entes Públicos.

13. Outros Passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
	Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gasto	-	7.380,00
Devedores e Credores Diversos	77.364,55	
	77.364,55	7.380,00



Em 2022 o valor relativo à rubrica de "Credores por acréscimo de gasto", refere-se ao gasto com os serviços profissionais de contabilidade relativo ao ano 2022.

Em 2023 o valor relativo à rubrica de "Devedores e Credores Diversos" refere-se aos recebimentos para entrega aos parceiros de implementação dos projetos:

	Transferido	Recebido	
APROFORT		12.687,40	
	0.000.50	,	
ACTUA - ASAMA	9.666,56	31.281,00	
NED - EG Justice	-	9.265,33	
NED - TI Brazil		33.797,38	
	77.364	77.364,55	

14. Rédito

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as quantias reconhecidas por categoria de rédito, são como segue:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Prestação de serviços:		
Quotizações	16.404,00	16.596,00
Outras prestações de serviços	11.448,43	48.233,35
	27.852,43	64.829,35
Subsídios, doações e legados à exploração:		
Subsídios	69.123,22	174.653,67
Donativos	558,00	1.550,89
Angariação de Fundos	675,00	292,40
	70.356,22	176.496,96
	98.208,65	241.326,31

O valor apresentado no período findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em subsídios resulta dos seguintes projetos:



		31-Dez-23	31-Dez-22
Academia Cidadã de Direitos Humanos e Boa Governança (Guiné Equatorial)	ACTUA	22.226,42	15.049,16
Corruption Risk Indicators in Emergency	CO.R.E.	21.139,21	17.997,84
NED I RedeGov	NED	7.075,60	-
GACC 2023	GACC	10.728,30	-
Integrity Watch 3.0	I.W. 3.0	7.953,69	6.601,94
Apoio, Proteção e Fortalecimento de Ativistas e Organizações da Sociedade Civil (Guiné Equatorial)	APROFORT	-	90.448,90
Power Up Anti Bribery for Human Rights and Sustainable Development	CLEANBIZ	_	10.279,84
Pacto de Integridade	I P	-	33.975,99
Export Corruption Report 2022	ECR 2022	-	300,00
		69.123,22	174.653,67

15. Fornecimentos e Serviços Externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Serviços especializados	(34.609,45)	(60.209,18)
Deslocações, estadas e transportes	(14.097,89)	(36.598,20)
Materiais	(2.451,21)	(3.579,04)
Rendas e Alugueres	(1.970,51)	(1.505,28)
Limpeza Higiene e Conforto	(1.292,45)	(574,31)
Comunicação	(681,83)	(960,94)
Seguros	(155,80)	-
Outros	(266,65)	(9.168,97)
Contencioso e notariado	(258,38)	(335,88)
	(55.784,17)	(112.931,80)

16. Gastos com o Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço na TI Portugal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi de 4 trabalhadores.



	31-Dez-23	31-Dez-22
Remunerações do pessoal	(90.907,60)	(76.104,13)
Encargos sobre remunerações	(20.276,77)	(17.038,18)
Seguros de acidentes no trabalho	(971,49)	(706,62)
Outros gastos com pessoal		(664,12)
	(112.155,86)	(94.513,05)

Os membros dos órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração pelo cargo diretivo que desempenham.

17. Outros rendimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Correções relativas a períodos anteriores Outros rendimentos e ganhos	2.966,67	2.164,64
	2.966,67	2.164,64

O valor apresentado a 31 de dezembro de 2022 na rubrica "Correções relativas a períodos anteriores" corresponde ao acerto efetuado nos Fundo de Compensação do Trabalho (Nota 5). O valor apresentado a 31 de dezembro de 2023 na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" corresponde ao acerto efetuado ao montante efetuado em 2022 em "Custos com Apoios", no âmbito do projeto APROFORT (Nota 18).

18. Outros gastos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Impostos	(292,97)	(246,37)
Outros gastos e perdas:		
Donativos	(50,00)	(150,00)
Multas e penalidades	(30,63)	-
Outros	(0,50)	(13,67)
Custos com Apoios	(900,00)	(22.176,17)
	(1.274,10)	(22.586,21)



Na rubrica "Custos com Apoios" dos 22.176,17 euros que ali ficaram registados em 2022 (no âmbito do projeto APROFORT), apenas 9.959,65 euros foram transferências feitas para parceiros na Guiné Equatorial a título de "Subgrants" para a implementação de projetos específicos no terreno, sendo que os restantes 12.216,52 euros foram transferidos para a María Jesús, responsável da Clínica Legal em Malabo, de forma a ela poder pagar as diferentes despesas de atividade da Clínica, entregar montantes a ativistas – ou entes próximos – a título de ajudas de emergência, etc. Foi relativamente a este último montante que ela nos devolveu, em janeiro de 2023, o saldo final da Clínica Legal (2.966,67 euros);

Em 2023, os 900 euros que ali registaram neste ano (transferidos já no âmbito do projeto ACTUA) foram entregues também a título de ajudas de emergência;

19. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Associação viu o seu pedido de isenção de IRC indeferido, já no início de 2023. Foi apresentada reclamação à decisão. No entanto, não esperamos impactos significativos nas Demonstrações Financeiras.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

20. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Direção informa que a TI Portugal não apresenta dívidas ao Estado em situação de Mora, nos termos do artigo 177°-A do CPPT. Dando cumprimento ao estipulado no artigo 208° do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, na sua versão atualizada, a Direção informa que a situação da TI perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

